
Coleção
REPERCUSSÕES DO
**NOVO
CPC**

v.7



AUTORES

Alexandre Schmitt da Silva Mello
Andreza Lage Raimundo
Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte
Antonio Veloso Peleja Júnior
Arlete Inês Aurelli
Augusto Vinícius Fonseca e Silva
Camila Salgueiro da Purificação Marques
Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá
Daniel Brajal Veiga
Denis Donoso
Elpídio Donizetti
Estefânia Freitas Côrtes
Fabrício Simão da Cunha Araújo
Fátima Nancy Andrighi
Felippe Borring Rocha
Fernando Gama de Miranda Netto
Francisco Vieira Lima Neto
Frederico Augusto Leopoldino Koehler
Geraldo Fonseca de Barros Neto
Guilherme Kronenberg Hartmann
Guilherme Simon Lube
Gustavo Gonçalves Gomes
Humberto Dalla Bernardina de Pinho
Humberto Santarosa de Oliveira
Igor Citeli Fajardo Castro
Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão
João Otávio Terceiro Neto B. de Albuquerque
Joaquim Felipe Spadoni
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos
José Fernando Steinberg
Leandro Carlos Pereira Valladares
Leonard Ziesemer Schmitz
Leonardo Oliveira Soares
Letícia Zuccolo Paschoal da Costa
Lucas Buri de Macêdo
Lucas Rister de Sousa Lima
Luciana Monduzzi Figueiredo
Marcia Cristina Xavier de Souza
Márcia Michele Garcia Duarte
Marco Aurélio Serau Junior
Maria Augusta da Matta Rivitti
Maurício Ferreira Cunha
Mirna Cianci
Nathalia Maria Mattes Bonin
Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Ravi Peixoto
Rinaldo Mouzalas
Rodolfo Kronenberg Hartmann
Rodolpho Vannucci
Sandro Marcelo Kozikoski
Sérgio Luiz de Almeida Ribeiro
Stela Tannure Leal
Vilian Bollmann
Walter dos Santos Rodrigues
Welder Queiroz dos Santos

Coordenador geral
FREDIE DIDIER JR.

JUIZADOS ESPECIAIS

Coordenadores

**BRUNO GARCIA REDONDO
WELDER QUEIROZ DOS SANTOS
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA
LEANDRO CARLOS PEREIRA VALLADARES**

Sumário

Sobre os Autores	19
Apresentação	25
Capítulo 1 ► Redescobrimo os juzados especiais	29
<i>Fátima Nancy Andrighi</i>	
Capítulo 2 ► O novo Código de Processo Civil e os juzados especiais federais ...	33
<i>Vilian Bollmann</i>	
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	33
2. DESENVOLVIMENTO	33
2.1. O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DOS JUZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	33
2.2. UMA VISÃO GERAL SOBRE A CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA DO NCPC SOBRE OS JEF	37
2.3. AS ALTERAÇÕES EXPRESSAS PELO NCPC	40
2.4. ALTERAÇÕES DE INSTITUTOS DO NCPC APLICÁVEIS AOS JUZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	45
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
4. BIBLIOGRAFIA	50
Capítulo 3 ► O juzado especial da Fazenda Pública e o novo CPC	53
<i>Mirna Cianci</i>	
1. REGRAMENTO.....	53
2. COMPETÊNCIA.....	53
3. PARTES E TERCEIROS	55
4. PROCEDIMENTO	57
5. CONCILIADOR E MEDIADOR	60
6. SISTEMA RECURSAL.....	61
7. EXECUÇÃO	62
Capítulo 4 ► O procedimento dos juzados especiais na perspectiva principiológica do Novo Código de Processo Civil: contraditório e motivação das decisões como alicerces do devido processo legal	65
<i>Antonio Veloso Peleja Júnior e Humberto Santarosa de Oliveira</i>	

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	65
2.	OS PRINCÍPIOS INFORMADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	68
3.	A PARTICIPAÇÃO NA VISÃO DO NOVO CPC: O CONTRADITÓRIO DINÂMICO	72
4.	A ADEÇÃO DA PERSPECTIVA PARTICIPATIVA COMO ELEMENTO INFORMATIVO DA PRINCIPIOLOGIA DOS JUIZADOS: CONTRADITÓRIO E MOTIVAÇÃO COMO BASE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	74
5.	CONCLUSÃO	77
6.	BIBLIOGRAFIA.....	78

Capítulo 5 ► A corte dos homens pobres e a principiologia do CPC/2015: 0 que serve ou não aos juizados especiais? 83 *Elpídio Donizetti*

1.	INTRODUÇÃO: OS JUIZADOS ESPECIAIS NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DO BRASIL E DO MUNDO	83
2.	A ORIGEM E O MODELO DOS JUIZADOS QUE SE ESPALHARAM PELO MUNDO E CHEGARAM AO BRASIL	85
3.	A CORTE DOS HOMENS POBRES – O MODELO BRASILEIRO.....	87
4.	O QUE SÃO E PARA QUE SERVE OS PRINCÍPIOS?	88
5.	O NOVO CPC E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	88
6.	OS PRINCÍPIOS DO NOVO CPC: O QUE APLICA E O QUE NÃO SE APLICA AOS JUIZADOS ESPECIAIS	89
6.1.	PRINCÍPIO DA CRONOLOGIA.....	90
6.2.	O RITUAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	91
6.3.	A EXAUSTIVA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	94
7.	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	100

Capítulo 6 ► Da aplicação da ordem cronológica do art. 12 do novo Código de Processo Civil ao microsistema dos juizados especiais 101 *Maria Augusta da Matta Rivitti*

Capítulo 7 ► Impactos do novo CPC na competência do JEF e do JEFJ..... 113 *Geraldo Fonseca de Barros Neto e Rodolpho Vannucci*

1.	PREMISSAS INTERPRETATIVAS DA LJEF E DA LJEFJ	113
2.	A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA: A DEFINIÇÃO LEGAL	114
3.	A COMPLEXIDADE DA MATÉRIA NA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	115
4.	VALOR DA CAUSA NO LITISCONSÓRCIO ATIVO	116
5.	PRESTAÇÕES SUCESSIVAS VENCIDAS E VINCENDAS	117
6.	CONSEQUÊNCIAS DO PEDIDO COM VALOR SUPERIOR.....	118
7.	CAPACIDADE DE SER PARTE E LITISCONSÓRCIO PASSIVO.	119
8.	EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	121
9.	A COMPETÊNCIA ABSOLUTA.....	122
10.	A COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	124

SUMÁRIO

11. CONCLUSÕES.....	126
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

Capítulo 8 ► Hipóteses de cambimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos juizados especiais cíveis..... 129 *Sérgio Luiz de Almeida Ribeiro*

1. INTRODUÇÃO.....	129
2. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E AS PREMISSAS QUE REGEM SEU MICROSSISTEMA.....	130
3. O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE NO NOVO CPC	131
4. O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO CPC DE 2015 E SUA APLICAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....	135
CONCLUSÃO	138

Capítulo 9 ► O dever de atuação processual discursiva (lealdade processual) e a atuação em vacuidade processual nos juizados especiais a partir do novo Código de Processo Civil 141 *Fabrcício Simão da Cunha Araújo*

1. INTRODUÇÃO.....	141
2. DEVER DE LEALDADE PROCESSUAL OU DEVER DE ATUAÇÃO PROCESSUAL DISCURSIVA	143
2.1. LEALDADE COMO BOA CRENÇA.....	144
2.2. DA BOA CRENÇA À BOA CONDUTA.....	145
2.3. LEALDADE COMO BOA CONDUTA	146
2.4. INCOMPATIBILIDADE DO FUNDAMENTO ÉTICO DA LEALDADE COM O DISCURSO DEMOCRÁTICO	147
2.5. LEALDADE COMO DEVER DE ATUAÇÃO PROCESSUAL DISCURSIVA E DESLEALDADE COMO ATUAÇÃO EM VACUIDADE PROCESSUAL.....	150
3. DEVER DE ATUAÇÃO PROCESSUAL DISCURSIVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	151
3.1. DEVER PROCESSUAL DE BOA-FÉ OBJETIVA.....	151
3.2. BOA-FÉ OBJETIVA EQUIVALE A FAIR PLAY E DUE PROCESS OF LAW EQUIVALE A DEVIDO PROCESSO LEAL.....	152
3.3. SUBSTITUIÇÃO DO DEVER PROCESSUAL DE LEALDADE PELO DEVER DE BOA-FÉ OBJETIVA	153
3.4. DESNECESSÁRIA IDENTIFICAÇÃO ENTRE INSTITUTO DE DIREITO PRIVADO E DE DIREITO PROCESSUAL	154
4. APLICAÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DAS PREVISÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUANTO AO DEVER DE ATUAÇÃO PROCESSUAL DISCURSIVA.....	157
4.1. JURISDIÇÃO COMO INSTRUMENTO DO PROCESSO.....	157
4.2. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS DEVERES PROCESSUAIS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO E PROTEÇÃO DE GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	158
4.3. CONTRADITÓRIO PRÉVIO	159
4.4. SANÇÕES PECUNIÁRIAS	161
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168

Capítulo 10 ► Honorários advocatícios nos juizados especiais e os impactos do novo Código de Processo Civil	171
<i>Walter dos Santos Rodrigues</i>	
CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ESCOPO DO TRABALHO E NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	171
1. SUCUMBÊNCIA E GRATUIDADE DE JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS	172
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SÃO DEVIDOS NO CASO DE SUCUMBÊNCIA PARCIAL NO RECURSO INOMINADO	175
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SÃO DEVIDOS NO CASO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO INOMINADO....	175
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SÃO DEVIDOS NO CASO DE EXECUÇÃO	175
5. CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	176
6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SÃO DEVIDOS NOS CASOS DE RECURSO PROCRASTINATÓRIO E DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL	179
7. COBRANÇA JUDICIAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	180
REFERÊNCIAS	182
Capítulo 11 ► Honorários advocatícios e juizados especiais: Repercussões do CPC de 2015	185
<i>Welder Queiroz dos Santos</i>	
1. INTRODUÇÃO	185
2. DAS ONDAS RENOVATÓRIAS DE ACESSO À JUSTIÇA AO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	186
3. DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	188
4. DAS CUSTAS JUDICIAIS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	189
5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	190
5.1. DA APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO CPC	190
5.2. EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E A BOA-FÉ	191
5.3. EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO	193
5.4. A CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUANDO A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE	198
6. PAGAMENTO EM FAVOR DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	200
7. CONCLUSÃO	201
BIBLIOGRAFIA.....	202
Capítulo 12 ► Reflexos do novo Código de Processo Civil na sucumbência recursal no âmbito dos juizados especiais cíveis	205
<i>Alexandre Schmitt da Silva Mello</i>	
INTRODUÇÃO.....	205
1. REGIME FINANCEIRO DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL	206
2. SUCUMBÊNCIA RECURSAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	208
3. SUCUMBÊNCIA RECURSAL E O JUIZADO ESPECIAL CIVIL	210
CONCLUSÃO	211
BIBLIOGRAFIA.....	211

Capítulo 13 ► Do processo eletrônico instituído pelo NCPC e seu impacto nos juizados especiais cíveis.....	213
<i>Marcia Cristina Xavier de Souza</i>	
1. DA PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS	214
2. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS	216
3. DA PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL ELETRÔNICA	218
4. PRODUÇÃO DE PROVA ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA	219
CONCLUSÃO	220
REFERÊNCIAS	221
Capítulo 14 ► Complexidade da causa, inadmissibilidade ritual e o aproveitamento dos atos processuais praticados nos juizados especiais cíveis estaduais	223
<i>Guilherme Kronenberg Hartmann</i>	
Capítulo 15 ► O novo Código de Processo Civil, negócios processuais e a adequação procedimental.....	233
<i>Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	233
2. VISÃO PANORÂMICA DA FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E SEUS DESAFIOS	233
3. OS DESAFIOS A SEREM VENCIDOS E O NOVO CPC – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	237
BIBLIOGRAFIA.....	247
Capítulo 16 ► A tutela provisória de urgência e os juizados especiais.....	249
<i>Rodolfo Kronenberg Hartmann</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	249
2. CLASSIFICAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS QUANTO À SUA JUSTIFICATIVA: DE URGÊNCIA OU DE EVIDÊNCIA.	250
3. A TUTELA PROVISÓRIA NO PROCEDIMENTO COMUM E ESPECIAL.....	251
3.1. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA NO PROCEDIMENTO COMUM (ART. 303 – ART. 304)	251
3.2. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	253
3.3. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO CONTEXTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	253
3.4. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR NO PROCEDIMENTO COMUM E NOS ESPECIAIS (ART. 305 – ART. 310).....	254
Capítulo 17 ► O dever-poder geral de cautela no novo Código de Processo Civil e a sua aplicação nos juizados especiais	257
<i>Daniel Brajal Veiga</i>	

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	257
2.	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS	258
3.	O DEVER-PODER GERAL DE CAUTELA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	260
4.	A APLICAÇÃO DO DEVER-PODER GERAL DE CAUTELA NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	262
5.	CONCLUSÃO	265
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265

Capítulo 18 ► Impactos do novo CPC nos juizados especiais: petição inicial e juízo de admissibilidade da demanda..... 267 *Arlete Inês Aurelli e Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão*

1.	INTRODUÇÃO.....	267
2.	JUIZADOS ESPECIAIS.....	268
3.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	270
4.	PETIÇÃO INICIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS E O CPC/15.....	275
5.	DAS ATITUDES DO JUIZ AO RECEBER A INICIAL.....	277
6.	O INDEFERIMENTO DA INICIAL E DO JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA	278
7.	CONCLUSÃO	280
8.	BIBLIOGRAFIA.....	281

Capítulo 19 ► A teoria da asserção no novo Código de Processo Civil e sua aplicação nos juizados especiais cíveis 283 *Leandro Carlos Pereira Valladares*

1.	INTRODUÇÃO.....	283
2.	AS CONDIÇÕES DA AÇÃO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	284
3.	APLICAÇÃO DO ART. 488 DO NCPC AO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS – UMA VISÃO DO PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL	287
4.	CONCLUSÃO	288
5.	BIBLIOGRAFIA.....	289

Capítulo 20 ► Improcedência liminar do pedido no âmbito dos juizados especiais..... 291 *Denis Donoso e Marco Aurélio Serau Junior*

1.	INTRODUÇÃO.....	291
2.	JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA: BREVÍSSIMA VISÃO PANORÂMICA.....	292
3.	IMPACTOS DO JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA NO MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	296

Capítulo 21 ► Improcedência liminar nos juizados e o novo CPC..... 299 *Lucas Rister de Sousa Lima*

1.	ART. 332 – REGRA GERAL E MISTA DE PROCESSO E PROCEDIMENTO	299
----	---	-----

SUMÁRIO

2.	APLICABILIDADE DA REGRA A TODAS AS “AÇÕES” E “PROCESSOS” E EM TODAS AS ESFERAS DO PODER JUDICIÁRIO.....	301
3.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC À LEI 9.099/95 E INCIDÊNCIA DA NORMA NOS JUIZADOS ESTADUAIS, FEDERAIS E ESTADUAIS.....	303
4.	A REGRA NO NOVO CPC E A MANUTENÇÃO DO ENTENDIMENTO ATUAL.....	304
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	307

Capítulo 22 ► O amicus curiae nos juizados especiais e o novo CPC 309 *Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá*

1.	DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	309
2.	BREVE ANÁLISE DO ART. 138 DO NCPC.....	310
3.	UM CASO DE ANTINOMIA.....	311
4.	DO CABIMENTO DA INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	312
5.	CONCLUSÃO.....	315
6.	BIBLIOGRAFIA.....	316

Capítulo 23 ► Conciliação e mediação: impacto do novo CPC nos juizados especiais..... 317 *Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Márcia Michele Garcia Duarte*

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	317
2.	PRIMEIROS IMPACTOS DO NCPC NOS JES.....	319
3.	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO USO DA FERRAMENTA ADEQUADA.....	323
4.	AUTOCOMPOSIÇÃO E HETEROCOMPOSIÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.....	329
5.	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	331
6.	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....	337
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
8.	REFERÊNCIAS.....	341

Capítulo 24 ► A criação dos centros judiciários de solução consensual de conflitos pelo novo CPC e sua influência e implicações na Lei 9.099/1995 – Juizados Especiais Cíveis..... 343 *Igor Citeli Fajardo Castro*

Capítulo 25 ► A dispensa casuística da audiência de instrução e julgamento nos juizados especiais cíveis à luz das novas regras do novo Código de Processo Civil..... 349 *Estefânia Freitas Côrtes*

1.	INTRODUÇÃO.....	349
2.	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS A RESPEITO DA CRIAÇÃO DO RITO ESPECIAL SUMARÍSSIMO.....	350

SUMÁRIO

3.	DOS CRITÉRIOS E DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA AUTORIZAR A DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – AIJ.....	352
3.1.	CELERIDADE	352
3.2.	PRINCÍPIO DA ORALIDADE.....	354
3.3.	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO.....	355
3.4.	PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO	355
4.	VIABILIDADE DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – AIJ	357
5.	CONCLUSÃO	359
6.	REFERÊNCIAS	360

Capítulo 26 ► Incidência de multa pelo não comparecimento da parte à audiência de conciliação nos juizados especiais da fazenda pública 363

Leonardo Oliveira Soares

1.	INTRODUÇÃO.....	363
2.	O MÓDULO COGNITIVO PADRÃO E OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....	364
3.	INCIDÊNCIA DO NCPC NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, SOB A ÓTICA NORMATIVA	365
4.	OUTRA OBSERVAÇÃO NORMATIVA	366
5.	INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 334, § 8º, DO NCPC NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	366
7.	E A AUTOCOMPOSIÇÃO?	368
8.	CONCLUSÕES.....	369
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	369

Capítulo 27 ► A revelia nos juizados especiais cíveis: como conjugar a lei 9.099/95 Com o novo CPC? 371

Gustavo Gonçalves Gomes

Capítulo 28 ► A teoria da dinamização do ônus da prova, o novo CPC e as adaptações necessárias para a sua utilização no procedimento dos juizados especiais 383

Lucas Buril de Macêdo e Ravi Peixoto

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.	383
2.	REQUISITOS MATERIAIS.....	386
3.	REQUISITOS PROCESSUAIS	387
4.	A QUESTÃO DO ÔNUS DA PROVA NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	391
4.1.	REGULAÇÃO LEGAL	391
4.2.	DO CABIMENTO DA DINAMIZAÇÃO NO JUIZADO	392
4.3.	A QUESTÃO RECURSAL.....	395
4.4.	O DEVER DE FORNECER DOCUMENTOS PELA FAZENDA PÚBLICA NOS JUIZADOS E O ÔNUS DA PROVA	396
5.	CONCLUSÃO	400
	REFERÊNCIAS	401

Capítulo 29 ► A dinamização do ônus da prova e seus reflexos no procedimento dos juizados especiais	405
<i>Maurício Ferreira Cunha</i>	
INTRODUÇÃO.....	405
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO CONCEITO E DA FUNÇÃO DA PROVA	408
1.1. A INFLUÊNCIA DO PROCESSO CIVIL ROMANO NA DELIMITAÇÃO DO CONCEITO E DA FUNÇÃO DA PROVA.....	410
1.2. PANORAMA DO PROCESSO CIVIL NA ERA MÉDIA: A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO E A VERDADE, NÃO MAIS COMO FRUTO DO CONVENCIMENTO DE QUEM JULGA	414
1.3. ERA MODERNA: UM NOVO PENSAR.....	418
1.4. ERA CONTEMPORÂNEA: A FORÇA INEQUÍVOCA DO PENSAMENTO LIBERAL E O REDUCCIONISMO DA FORMALIDADE	419
2. PROVA E ESTRUTURA PROCEDIMENTAL: A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DA COGNIÇÃO	421
3. ÔNUS DA PROVA.....	428
3.1. A RAZÃO DE SER DO ÔNUS DA PROVA.....	430
3.2. ÔNUS DA PROVA SUBJETIVO E OBJETIVO	432
3.3. A DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA DO ÔNUS DA PROVA E A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA.....	433
4. A DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E SEUS REFLEXOS NO PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	437
5. CONCLUSÃO	443
6. BIBLIOGRAFIA.....	444
Capítulo 30 ► Decisão interlocutória de mérito e coisa julgada parcial: técnicas de equalização do ônus do tempo fisiologicamente ínsito ao processo para a realização da tutela jurisdicional adequada e efetiva no Processo Civil	449
<i>José Carlos Van Cleef de Almeida Santos</i>	
1. PROLEGÔMENOS SOBRE A TUTELA JURISDICIONAL.....	449
2. O PROCESSO E O TEMPO.	453
3. TÉCNICAS DE COGNIÇÃO E TUTELA DOS DIREITOS.	455
4. PROLEGÔMENOS SOBRE O MERITUM CAUSAE.....	460
5. OS EFEITOS NEGATIVOS DO DOGMA DELLA UNITÀ E UNICITÀ DELLA DECISIONE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS DE OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DO PROCESSO, MEDIANTE A OUTORGA DE PRONUNCIAMENTOS PARCIAIS DE MÉRITO: REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS DE INDISPENSÁVEL COMPREENSÃO.....	466
6. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO E COISA JULGADA PARCIAL.	471
7. OS IMPACTOS À SISTEMÁTICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	478
Capítulo 31 ► Repercussão dos arts. 11 e 489, § 1º do novo Código de Processo Civil nas sentenças dos juizados especiais cíveis	481
<i>Augusto Vinícius Fonseca e Silva</i>	

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO – LOAS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, MAS.....	481
2.	O PRINCÍPIO DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: SUBSTRATO CONSTITUCIONAL E LEGAL E SEU CARÁTER JANIANO/BIFRONTE.....	484
3.	VINCULAÇÃO ENTRE O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO E O CONTRADITÓRIO	500
4.	CONSEQUÊNCIAS DA DESOBEDIÊNCIA AO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO	503
5.	O ART. 489 DO NCPC E OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	505
6.	CONCLUSÃO	512

Capítulo 32 ► Confirmar a sentença por seus “próprios fundamentos” não é motivar: A influência normativa do art. 489, § 1º, do CPC/15 sobre o art. 46 da Lei 9.099/95

Leonard Ziesemer Schmitz

1.	NOTA INTRODUTÓRIA – O ESTADO DE DIREITO É O ESTADO QUE SE JUSTIFICA.....	513
2.	A INFLUÊNCIA NORMATIVA DA FUNDAMENTAÇÃO (ART. 489, § 1º, DO CPC/15) SOBRE A LEI 9.099/95.....	516
3.	FUNDAMENTAÇÃO COMO RESULTADO DO DIÁLOGO	517
4.	O ESQUECIMENTO DO DIÁLOGO NA FUNDAMENTAÇÃO “PER RELATIONEM”.....	521
5.	CONCLUSÃO – O FALSO ARGUMENTO DA CELERIDADE NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E A PLENA APLICABILIDADE DO ART. 489, § 1º, DO CPC/15.....	523
6.	BIBLIOGRAFIA.....	524

Capítulo 33 ► Execução provisória nos juizados especiais

Camila Salgueiro da Purificação Marques

1.	INTRODUÇÃO.....	527
2.	A EFETIVIDADE DO PROCESSO E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	528
2.1.	O CONTRADITÓRIO COMO FATOR DE LEGITIMAÇÃO DOS ATOS JURISDICIONAIS	530
3.	O CONCEITO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	531
3.1.	O TÍTULO EXECUTIVO PROVISÓRIO	532
4.	A EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	534
5.	A EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015).....	536
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	538
	REFERÊNCIAS	539

Capítulo 34 ► Medidas de apoio à execução de obrigações de fazer ou não fazer no novo CPC e seus reflexos nos juizados especiais

Joaquim Felipe Spadoni

1.	INTRODUÇÃO.....	543
2.	NATUREZA DA DECISÃO E TÉCNICAS DE ATUAÇÃO.....	544
3.	A MULTA PERIÓDICA.....	545
4.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E CRIME DE DESOBEDIÊNCIA –	549

Capítulo 35 ► A segurança jurídica e os juizados especiais: Notas sobre a valorização de precedentes no novo CPC.....	551
<i>Letícia Zuccolo Paschoal da Costa</i>	
Capítulo 36 ► Impacto do NCPC na uniformização de jurisprudência nos juizados especiais	557
<i>José Fernando Steinberg</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	557
2. DESENVOLVIMENTO	558
2.1. A SEGURANÇA JURÍDICA E A ISONOMIA PERANTE A JURISDIÇÃO.....	558
2.2. A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INSTITUÍDA PELA LEI. 12.153/2009.....	560
2.3. O NOVO INCIDENTE DE COLETIVIZAÇÃO DE DEMANDAS TRAZIDO DO DIREITO ALEMÃO – PROJETO DO NOVO CPC.....	561
3. CONCLUSÃO	571
Capítulo 37 ► Os problemas e os desafios decorrentes da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais.....	573
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	573
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCULA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS? ..	575
3. PROBLEMAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	576
4. CONCLUSÃO	582
5. REFERÊNCIAS	583
Capítulo 38 ► A “nova” reclamação constitucional e seus impactos sobre a uniformização de jurisprudência nos juizados especiais estaduais .	585
<i>Rinaldo Mouzalas e João Otávio Terceiro Neto B. de Albuquerque</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	585
2. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	586
2.1. HISTÓRICO.....	586
2.2. NATUREZA JURÍDICA	591
2.3. HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE CABIMENTO	596
3. O PROBLEMA DO DESCABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS	597
4. A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE COLMATAÇÃO À LACUNA LEGAL	599
5. O NOVO REGIME JURÍDICO DA RECLAMAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS.....	601

SUMÁRIO

6.	CONCLUSÃO	606
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	607

Capítulo 39 ► Os reflexos do NCPC no sistema recursal dos juizados especiais..... 611

Sandro Marcelo Kozikoski

1.	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	611
2.	OS RECURSOS E MECANISMOS DE IMPUGNAÇÃO UTILIZADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	613
3.	OS REFLEXOS DO NCPC NO SISTEMA RECURSAL CIVIL DOS JUIZADOS	614
4.	CONCLUSÕES.....	626
5.	BIBLIOGRAFIA	627

Capítulo 40 ► A nova teoria geral dos recursos e as alterações no recurso inominado 629

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Nathalia Maria Mattes Bonin

1.	INTRODUÇÃO.....	629
2.	OS NOVOS PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	631
	1.1. O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO	633
	1.2. PRINCÍPIO DA EFICÁCIA IMEDIATA DAS DECISÕES.....	635
3.	O NOVO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	637
4.	OS EFEITOS RECURSAIS DE ACORDO COM O CPC/15	643
5.	CONCLUSÃO	647
6.	REFERÊNCIAS	647

Capítulo 41 ► Os impactos do novo CPC no recurso nominado dos juizados especiais..... 649

Felippe Borring Rocha

1.	INTRODUÇÃO.....	649
2.	O DIÁLOGO ENTRE O SISTEMA RECURSAL CODIFICADO E O SISTEMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS..	650
3.	A APELAÇÃO COMO PARADIGMA DO RECURSO INOMINADO.....	651
4.	A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO	652
5.	A INTERPOSIÇÃO ADESIVA DO RECURSO INOMINADO	655
6.	OS PROCEDIMENTOS DO RECURSO INOMINADO	655
7.	A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO INOMINADO	657
8.	A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO INOMINADO	658
9.	A TRANSCRIÇÃO DA GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	659
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	660
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	660

Capítulo 42 ► A excepcionalidade do recurso extraordinário nos juizados especiais: Harmonia com o novo CPC?..... 663

Luciana Monduzzi Figueiredo

SUMÁRIO

1.	EXCEPCIONALIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS: A INTERPRETAÇÃO DO STF	663
2.	REPERCUSSÃO GERAL: UM CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO.	665
3.	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS JUIZADOS ESPECIAIS: RELEVÂNCIA E SIMPLICIDADE SÃO INCOMPATÍVEIS?.....	668
	BIBLIOGRAFIA.....	670

Capítulo 43 ► A impossibilidade de compensação dos honorários sucumbenciais nos casos de provimento parcial do Recurso Inominado no Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15)..... 671
Andreza Lage Raimundo,
Francisco Vieira Lima Neto e
Guilherme Simon Lube

1.	INTRODUÇÃO.....	671
2.	O PAPEL DO ADVOGADO BRASILEIRO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	672
3.	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO REDUCIONISMO DA PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO NOS JUIZADOS ESPECIAIS	676
4.	OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS	678
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS E O PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO INOMINADO.....	681
6.	A IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NOS CASOS DE PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO INOMINADO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/15).	682
7.	CONCLUSÃO	684
8.	BIBLIOGRAFIA.....	685

Capítulo 44 ► Tutela de Evidência no novo Código de Processo Civil: reflexos no Sistema dos Juizados Especiais 687
Stela Tannure Leal e
Fernando Gama de Miranda Netto

1.	INTRODUÇÃO.....	687
2.	O CPC DE 1973 E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE TUTELA DA EVIDÊNCIA	688
3.	A TUTELA DA EVIDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – INOVAÇÕES E PERMANÊNCIAS	689
4.	A TUTELA DA EVIDÊNCIA NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	690
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	691
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	691

ANEXO 1 ► Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre juizados..... 693

ANEXO 2 ► V Fórum Permanente de Processualistas Cíveis 695